

03/06/2017

Os anos de colonização do continente Africano são o principal motivo para o estranhamento expresso na pergunta: “por que não Literatura Africana?”. De fato, apesar de a literatura produzida em África ter traços de irmandade continental devido, sobretudo, ao laço de expropriação e exploração que une os povos da terra, é impossível tratar o assunto no singular. São Literaturas Africanas. Outro efeito pós-colonial, advindo da imensa massificação cultural à qual somos submetidos, é permitir que ainda hoje se confunda um continente com um país; os países africanos vão muito além das savanas míticas povoadas por animais ferozes e povos famintos. Se assumirmos a produção literária como uma das características fundamentais da maturidade artística e intelectual de um povo, o continente africano precisa sair do imaginário coletivo como exportador de escravos e imagens de guerra para ser reencontrado como produtor de cultura.

Meus estudos cobrem especialmente os países de “língua inglesa”. Por mais que as tentativas de extinção dos idiomas nativos estivessem na ordem do dia dos processos coloniais, as línguas locais sobreviveram e são um aspecto textual surpreendente das literaturas com suas múltiplas formas de hibridismo. África do Sul, Gana, Quênia e Zimbábue compõem meu campo de pesquisa, desde a defesa de minha dissertação em estudos literários, em 2013. Infe-lizmente, a maioria dos romances ainda permanece sem tradução para o português, porém, a crescente pesquisa acadêmica no campo dos chamados estudos pós-coloniais e a necessidade de se incluir a História e a Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares, por meio da lei 10.639/03, indicam que, mesmo lentamente, as coisas estão mudando.

Outros sintomas da mudança são o surgimento da Associação Internacional de Estudos Críticos Literários e Culturais Africanos (AFROLIC) e do Encontro Nacional de Professores de Literaturas Africanas, cujo último evento ocorreu em dezembro passado, na **Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**

. Aos poucos, nomes como Mia Couto, Pepetela, Craveirinha, Agualusa e Paulina Chiziane começam a fazer parte do vocabulário dos leitores brasileiros. Evidentemente, o fato de esses autores escreverem prioritariamente em português facilita o acesso, e há um mercado editorial apostando, com riscos calculados, na entrada deles nas nossas livrarias e bibliotecas. É importante salientar, que entre estrelas visíveis e invisíveis o único problema é a distância. Em

nosso caso, além da distância linguística, há, principalmente, a distância mental. Resta em nossa educação um misto de preconceito e prepotência acerca do que é “cultura de qualidade” ou “cultura superior”.

Um dos autores mais conhecidos, no universo da língua inglesa, é o queniano Ngũgĩ Wa Thiong'o. Seu romance “Weep not child” foi homenageado pelo seu cinquentenário, na 40ª Conferência da Associação da Literatura Africana (ALA), na universidade Witswatersrand, Johannesburgo, em 2014. Thiongo possui alguns livros importantes que foram traduzidos para o português como “Petals of blood” e “A Grain of wheat”, e outros fundamentais ainda não traduzidos, como o “Decolonising the mind”, publicado no Quênia, em 1986. O último nos interessa como fundamentação teórica para compreender as bases da resistência aos conteúdos referentes à África.

Descolonizar indica o processo pelo qual uma colônia recupera ou adquire sua independência com a retirada do poder colonial. No entanto, o legado da ordem colonial permanece preso no corpo social. Ngũgĩ wa Thiong'o, no seu “The Language of African Literature”, primeiro capítulo do livro “Decolonising the mind”, dirá que “a noite da espada e das balas foi seguida da manhã do giz e do quadro negro”. Ressalta-se que a escola colonial, juntamente com as missões, cumpria com um papel central no processo de controle e ordenamento das sociedades sob domínio europeu, porém, os modelos de escola colonial variavam de acordo com a metrópole e do país. O que elas tinham em comum era o conhecimento como marca distintiva da elite e seu caráter restritivo, tanto na forma quanto no conteúdo.

Flora Veit-Wild, especialista em Literatura do Zimbábue, afirma em seu, “Teachers, preachers non-believers”, que para ascenderem na sua qualificação educacional, os alunos deveriam sair do processo “washed white”, ou seja, o processo de imposição da língua, da cultura e da religião havia atingido seu objetivo quando os garotos saíam do ensino fundamental tendo adotado as “regras, gostos e crenças de seu professor cristão”. A escola assume, nesse contexto, a responsabilidade de colonizar os nomes e as paisagens mentais, mudando o eixo de representação da realidade local, para uma eurocêntrica. Interferindo na percepção das pessoas sobre elas mesmas e o mundo. Para Thiong'o, o “controle econômico e político nunca são completos sem controle mental.” Portanto, a discussão sobre a descolonização da escola continua premente, seja no Zimbábue, Quênia ou Brasil. Como diz Thiong'o:

“A língua da educação escolar de uma criança africana era estrangeira. A língua dos livros que ele lia era estrangeira. A língua de sua conceituação era estrangeira. O pensamento, dele, tomou uma forma visível de uma língua es-tran-geira. Assim como a língua escrita de uma criança e-ducada na escola (mesmo a língua falada na escola do vilarejo) se separou da

linguagem falada em casa. Não havia nem a mínima relação entre o mundo da escrita da criança, que também é linguagem de seu quadro letivo, e o mundo de sua relação com a família e o ambiente. Para uma criança colonial, a harmonia que existe entre os três aspectos da linguagem como comunicação foi irrevogavelmente quebrada. Resultando assim na dissociação da sensibilidade da criança com seu ambiente natural e social, o que se pode chamar de alienação colonial. A alienação se reforçou nos ensinamentos de história, geografia, música na qual a burguesia europeia era sempre o centro do universo.”

Gustavo Brito é mestre em literatura e professor.

[Link da Matéria](#)